



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022 COM A ALCOA

TODA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES FOI DISCUTIDA AGORA AGUARDAMOS A CONTRA PROPOSTA DA ALCOA

Realizamos nesta terça-feira, dia 8 de fevereiro, a quarta reunião de negociações do Acordo Coletivo 2022 com a Alcoa. Foram discutidos os últimos pontos da “Pauta de Reivindicações” da categoria. Lembramos que várias reivindicações já discutidas ficaram de ser analisadas, inclusive o reajuste a ser proposto para salários e demais cláusulas econômicas.

A empresa já afirmou que, diante da evolução da pandemia de Covid, ainda não será possível fazer assembleia presencial para que os trabalhadores decidam sobre esta

proposta, que deverá ser votada de forma virtual pela rede de computadores, celulares e tablets. O Sindicato deverá credenciar uma empresa idônea para realizar o processo de votação, garantindo a segurança e privacidade dos votos de todos os trabalhadores.

Na reunião deste dia 8 foram abordadas principalmente as reivindicações sobre a grande preocupação dos trabalhadores com moradia, com fortes argumentos dos diretores do Sindicato em Juruti, que conhecem de perto os problemas dos companheiros.

DESCONTO DE VALOR SIMBÓLICO DE 1% DO SALÁRIO PARA CASAS NA CIDADE ATÉ O JOB 12 - A empresa alega que o valor máximo de desconto é de R\$ 60,00, conforme a banda e disponibilidade de casas alugadas. Informa que a grande demanda faz com que as casas sejam alugadas diretamente, com os trabalhadores recebendo reembolso. Existe um teto máximo de reembolso do valor das casas alugadas, sendo pago integralmente pela empresa o valor do aluguel dentro deste limite. Afirma haver projeto de construção de novas casas, além de reforma e ampliação de alojamentos.

DOAÇÃO DE TERRENOS PARA TRABALHADORES DA ALCOA EM JURUTI E CONVÊNIOS PARA CONSTRUÇÃO DE CASA PRÓPRIA - A empresa justifica que não há disponibilidade de terras com escrituras, dificultando acesso a terrenos para construção de casas. Afirma que vem enfrentando dificuldade para ampliar escolas, para melhorar a infra-estrutura, que não tem documentação de terras. A empresa lembra que é obrigada a colocar muitos trabalhadores em hotéis, que oneram os custos, justamente pela falta de moradias. O Sindicato argumentou que conseguiu terreno em Terra Santa para construir 50 casas, que poderiam receber investimentos para minimizar o problema de moradia.

ALCOA ARCAR COM CUSTOS NA DEVOÇÃO DE CASAS, PINTURA E PEQUENAS REPARAÇÕES - a reivindicação é negada pela empresa. Alega que muitas casas são devolvidas até mesmo depredadas e que tal procedimento é de responsabilidade do morador com o locador. Informa que muitos mudam e deixam, inclusive, de contas de energia e de água em atraso, com a empresa se recusando a este passivo por falta de cuidados dos moradores. Informa que a empresa, como também o proprietário, se responsabilizam apenas por problemas e defeitos estruturais dos imóveis.

FIM DO ASSÉDIO MORAL - O Sindicato, principalmente em relatos dos companheiros diretores em Juruti reclamou muito sobre práticas de assédio moral contra os trabalhadores. Foram relatados casos de pressões exercidas por gerentes que faziam reuniões ameaçando que “muitos não deveriam estar mais na empresa” e que deveria “enxugar a área”, intimidando qualquer iniciativa de trabalhadores em apontarem problemas ou quaisquer sugestões de melhoria nas relações do trabalho. Tivemos ainda muita reclamação dos dirigentes de Juruti, que apresentaram relatos de companheiros pressionados a se reapresentarem no trabalho através de tele-monitoramento. Companheiros saindo de quadros de Covid sendo obrigados a voltar ao trabalho sem um exame clínico, médico em São Luis determinando retorno sem um contato presencial com o paciente. “Não é possível imaginar como podemos receber alta em Juruti, diante de uma doença grave, por um médico que está no Maranhão!” Cobramos também respostas concretas de punição de trabalhador quando ocorrências de acidentes não podem ser imputadas a ele, por operar um equipamento sem condições de trabalho.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL - Outros pontos importantes foram para a liberdade de ação dos dirigentes sindicais no interior da empresa, medidas para a sustentabilidade da Sub-sede do Sindicato em Juruti, a manutenção de negociações permanentes (após Acordo Coletivo) para sanar problemas e demandas recorrentes dos trabalhadores. Na aprovação do Acordo Coletivo, os trabalhadores definirão a contribuição de “Cota de Participação Negocial”, para investimento na estrutura do Sindicato, ressaltando o pleno direito de oposição individual do trabalhador.

PRÓXIMA REUNIÃO - Já está agendada nova reunião para o próximo dia 15, às 10 horas, quando a empresa deve apresentar sua proposta global para ser levada à assembleia dos trabalhadores.